

Jornal da Ciência, SBPC, 28.5.1999

Reafirmando sua disposição de "trabalhar para que a C&T seja melhor tratada pelos governos e pelas empresas" e de estar sempre aberto ao diálogo com a comunidade científica e tecnológica, o Ministro Bresser falou sobre temas como orçamento, prioridades, oferta e demanda de C&T no País, parcerias com empresas, participação dos cientistas na elaboração de políticas e cooperação entre os países do Mercosul nesta área.

CH - O Fórum Nacional de Secretários Estaduais de C&T lhe enviou carta apoiando a elaboração de uma "nova política de C&T", que o senhor teria anunciado. Há quem diga na comunidade científica, e não são poucos, que hoje, infelizmente, o Brasil não tem uma política nacional de C&T. Como vê esta questão? Há ou não há uma política nacional de C&T?

Bresser - Em primeiro lugar, acho que o Brasil tem sim uma política de C&T. Ela já dura 48 anos. Foi iniciada em 1951, com a criação do CNPq e vem de maneira consistente sendo aperfeiçoada, modificada e ajustada às novas realidades, sofrendo às vezes alguns dissabores transitórios. É uma política na qual o Estado brasileiro tem revelado uma coerência muito grande. Atribuo essa coerência ao controle e à fiscalização da comunidade científica, que realmente acompanha com muita atenção tudo o que o Estado faz nessa área. É a atenção de quem está interessado em que a ciência seja bem feita. E isso tem dado muito resultado. Por isso, digo que não vim fazer aqui, no CNPq ou no MCT, nenhuma grande reforma. Fiz uma grande reforma — espero que fique na história brasileira — que aconteceu nos últimos quatro anos no Mare/ Ministério da Administração e da Reforma do Estado. Lá, estabeleci as bases de um Estado mais eficiente, mais moderno, voltado para as demandas dos cidadãos, que valorize mais o servidor público, que dê mais autonomia e responsabilidades aos professores universitários, aos médicos, enfermeiros, a todos os serviços sociais. Agora, no CNPq, na C&T, não há razão para fazer grandes reformas. Fiz uma pequena reforma administrativa para maior integração entre MCT e CNPq. A reforma causou alguma reação. Mas parece que está tudo pacificado.

Em relação à política de aplicação de recursos, dadas as crises que estamos vivendo, temos dificuldades em aumentar o orçamento em C&T. Espero que venhamos a conseguir esse aumento em futuro próximo. Mas a oferta em C&T no Brasil é maior do que a demanda. Isso é uma coisa dramática, que os cientistas já perceberam, e isso nos enfraquece na demanda por mais recursos orçamentários. O que verifico é que esta política de C&T que vem sendo feita há muitos anos, além de ser coerente, tem evitado estabelecer prioridades muito firmes. Quer dizer, ela estabelece algumas prioridades que vão evoluindo, e espero que consigamos estabelecer neste ministério algumas prioridades, alguns setores, para os quais se dê atenção maior. Que façamos um pouco mais o financiamento induzido, em vez do fomento espontâneo. Isso já vinha acontecendo e vai continuar acontecendo, mas sem nenhum caráter dramático. Repito: sem nenhum caráter dramático. Porque, estou convencido, é muito difícil dizer aos cientistas o que eles devem pesquisar. Cientistas, por definição, são pessoas muito competentes. Aliás, só apoiamos cientistas competentes. Eles sabem muito melhor do que nós quais são

as prioridades. Mas pode-se dizer que há o cientista louco, que vive no "mundo da lua". Mas existem cada vez menos.

Tenho conversado com um número grande de cientistas e os vejo muito preocupados com o fato de que a pesquisa deles seja relevante. Mesmo quando estão pesquisando as estrelas estão preocupados com a relevância de suas pesquisas. Estive, recentemente, na Inglaterra e EUA. Os dois países são muito cautelosos em matéria de política de prioridades. Aliás, são violentamente cautelosos. Várias pessoas me disseram que os empresários não querem que se estabeleçam prioridades claras para os cientistas, porque é muito melhor que os cientistas fiquem por conta própria, eles são muito mais produtivos dessa maneira. Até exageram, a meu ver. Acho que podemos induzir um pouco, sim. Mas, como eu disse, sem nada de dramático. Neste fim de semana, vamos fazer um projeto estratégico, no qual espero definir alguns setores prioritários, que são mais ou menos óbvios: Informática (especialmente o setor da Internet 2, da RNP), Biotecnologia, Novos Materiais, Doenças Tropicais, Plantas e Agricultura Tropical. Acho que há consenso sobre isso. Vou dar importância também ao problema da Mudança de Clima. Mas isso não quer dizer que vou pegar todo o dinheiro, que é pouco, e passar para esses projetos e reduzir, substancialmente, a pesquisa espontânea. Não, se reduzir, será pouco. Espero conseguir fazer esse projeto com o adicional que eu conseguir, senão será um desrespeito aos cientistas.

CH - Em 1985, ao surgir, este Ministério promoveu um grande debate nacional sobre "C&T numa sociedade democrática", coordenado por Alberto Carvalho da Silva, ex-presidente da Fapesp. Foi um debate amplo, de Norte a Sul do país. Dele resultou um livro. Essa herança será considerada?

Bresser - Eu precisaria ler o livro. Nunca estive muito envolvido diretamente na política de C&T. Fui secretário de C&T de São Paulo por quarenta dias, nos anos 80. Em toda a minha vida acadêmica na Fundação Getúlio Vargas /FGV, tive relação muito grande com a CAPES, por causa do Mestrado, que criei e coordenei em 1965, em Administração de Empresas. Depois, minha grande preocupação foi com o mestrado e o doutorado em Economia. E também reforma do caráter dos cursos de pós-graduação, reduzindo a importância dos mestrados, que devem ser mais profissionais, e dando maior ênfase aos doutorados, que devem ser independentes dos mestrados e absolutamente acadêmicos e de alto nível. Seguindo, aliás, a linha do Parecer 977/65, do Conselho Federal de Educação, do professor Milton Sucupira, que foi a base de tudo. Nessa parte me envolvi. Mas com a política de C&T, propriamente dita, de verbas, de apoio à ciência, infelizmente não tive muito contato. Naquela época, 1985, estávamos em pleno processo de democratização, mas também num período de populismo desenvolvimentista que acabou se revelando irresponsável: agravou a alta inflação, que nos deixou em situação muito precária. No final dos anos 80, tudo era planejamento, tudo devia ser induzido. Depois, nos anos 90, ou um pouco antes, em 89, houve uma guinada de 180 graus neste País, o que foi uma coisa lamentável. De repente, esqueceu-se do País, do interesse nacional, de que a competição internacional é muito boa, mas que temos que defender as empresas nacionais, os nossos cientistas. O clima era de neoliberalismo. Ele ainda não havia sido implantado completamente, mas coisas desse neoliberalismo vieram para cá. Então, não haveria mais nenhum planejamento. Acho que nem tanto ao mar nem tanto à terra. Temos de ser

equilibrados. E o equilíbrio principal aí é o equilíbrio entre o respeito, a autonomia do cientistas e a busca de algumas prioridades nacionais, que sejam bastante óbvias, e que no fundo emergem de um consenso entre cientistas. E também empresas. É importante que as empresas participem disso.

CH - O senhor deve ter recebido, há dois dias, a carta aberta do Conselho da SBPC, segundo a qual há sinais evidentes de que os setores de C&T estão perdendo espaço entre as prioridades do Governo. A carta afirma que a área econômica do Governo não dá à C&T a devida importância e não acredita no desenvolvimento da C&T no Brasil. Como o senhor definiria o grau de prioridade da C&T no atual Governo?

Bresser - A redução de orçamento este ano está sendo, afinal, bastante pequena para o MCT. Se eu comparo o que foi efetivamente desembolsado no ano passado com o que provavelmente será desembolsado em 99, minha impressão é a de que a redução é de 10%. Outros ministérios tiveram reduções muito maiores. De forma que, num ano de violento ajuste fiscal, parece claro que o Governo dá grande prioridade à C&T. O presidente da República já me falou mais de uma vez da importância que ele dá a esta área. Mas eu preciso fazer um estudo estatístico — ainda não me dediquei a isto — para saber como foi a evolução. Às vezes, ouço dizer que os números para a C&T no Brasil estão caindo violentamente. Depois vejo outras estatísticas nas quais os números estão aumentando. Preciso fazer uma análise bem cuidadosa. A impressão que eu tenho é que estão relativamente estáveis nos últimos anos.

CH - Às vezes, há um frio e há a sensação térmica...

Bresser - Minha impressão é que estão estáveis e que seria bom que estivessem crescendo. Mas o País também tem crescido muito pouco nos últimos anos. Espero que agora volte a crescer, depois que o câmbio foi desvalorizado. Mas é um problema que não podemos perder de vista. Somos um ministério de fomento, que distribui dinheiro de graça. Com todo o dinheiro do Governo, em princípio, acontece assim. Por isso, todo o dinheiro é sempre escasso. Há sempre uma demanda muito maior do que o Governo pode oferecer. Isso na ciência, na indústria, na agricultura, na educação, na saúde, na cultura. É natural que as demandas sejam grandes. O problema na área de C&T é que precisamos legitimar o que recebemos. E acho que temos feito isso. Não por meu mérito. O CNPq, por exemplo, é muito respeitado. A Finep perdeu um pouco do respeito. A Finep estava em crise já há muitos anos, porque havia uma confusão muito grande entre fomento e financiamento. As pessoas iam pedir financiamento pensando em obter fomento. A inadimplência ficava grande. O fomento não era dado com critérios tão claros e transparentes como no CNPq. O que senti foi uma reação muito violenta da equipe econômica contra a Finep. Do governo de modo geral. Daí a idéia de acabar com ela. Mas, felizmente, segurei, com o propósito de colocar um presidente competente, como coloquei, e fazer uma reforma profunda na Finep, para que ela realmente possa exercer o importante papel no sistema de C&T.

CH - Uma pergunta delicada: muita gente sabe que as contas da Finep não são aprovadas pelo Tribunal de Contas desde 93. Como encara esse problema?

Bresser - Ainda não tive tempo de verificar esse assunto. Vou verificá-lo. Mas acho que é esse problema entre fomento e financiamento. A diretoria financeira da

Finep conseguiu recapitalizar a empresa, que estava completamente descapitalizada, através de estratagemas espertos de pegar os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento e do BNDES. Recebiam como empréstimo e depois conseguiam convencer o Governo a transformá-los em aporte de capital. Com isso, a Finep foi parcialmente capitalizada, uma boa coisa. Mauro Marcondes está deixando a empresa numa situação um pouco melhor, graças a isso. Realmente precisa haver uma mudança. Há ainda outra grande confusão que é a Finep e o FNDCT. Uma coisa é a Finep, instituição, outra coisa é o FNDCT, um fundo. Esse fundo tem sido, e vai continuar sendo, operado pela Finep. Mas fiz aqui no Ministério uma distinção bem clara entre os operadores dos fundos ou dos recursos do Tesouro e os gestores. No CNPq, isso é difícil fazer porque os gestores, que são os vice-presidentes, são ao mesmo tempo os operadores, ou seja, a operação é feita dentro do próprio CNPq. No caso do FNDCT, o que vai acontecer? Nomeei uma comissão permanente, formada pelo secretário de Tecnologia e Empresa, pelo presidente da Finep e pelo coordenador dos vice-presidentes. No CNPq, esse coordenador será rotativo a cada seis meses. Eles formam uma comissão gestora dos recursos do FNDCT. Eles é que vão dar os recursos disponíveis, e sugerir a mim o que deve ser dado mais para a ciência ou para a tecnologia, para quem deve ser dado. Claro, sempre conversando e discutindo com meu secretário executivo, que é quem controla os recursos. Os gestores são eles, e não a Finep. O diretor da Finep é um deles. Agora, quem vai operacionalizar, receber, examinar e depois mandar os projetos para essa comissão é a Finep. Essa discussão é importante. Estou muito preocupado em definir muito claramente quais são os programas de fomento. Eu "desorganizei" todos. Tem uma norma a respeito disso. Para cada fomento existe um gestor, uma unidade operadora. Em alguns casos, estou como gestor. No plano do FNDCT, se não me engano, estou no quadro como gestor. Mas na verdade, deleguei imediatamente na própria norma a esses três núcleos. Como eu não podia colocar três no quadrinho, aí então deleguei a esses três. Eu não tenho tempo para fazer isso. Nem é o caso.

CH- Caiu muito bem na comunidade o fato ocorrido na Coreia do Sul, em 1998, em meio à crise asiática: um novo governo assumiu e não só aumentou o orçamento de C&T como colocou o ministério de C&T no centro de seu gabinete. Brasil e Coreia do Sul, claro, são diferentes. Mas como vê essa decisão que para muitos cientistas é emblemática? Não estariam os sul-coreanos na vanguarda de uma visão moderna?

Bresser- O que sei sobre a Coreia do Sul é que eles gastam muito mais em tecnologia do que em ciência, ao contrário de nós, que estamos gastando mais em ciência do que em tecnologia. Sendo um país ainda em desenvolvimento, eles já têm padrão de país desenvolvido há muito tempo. Sempre tiveram uma política ativa de apoio à tecnologia, enquanto no Brasil, depois dessa guinada de 180°, ficamos envergonhados de fazer política tecnológica. Isso é muito ruim. Ficamos ouvindo os americanos e os ingleses dizerem que o Estado deve ser mínimo, que o Estado deve sair da área econômica, que o mercado vai resolver tudo, todo esse blablablá. Estou ouvindo isso há anos. Eu acredito no mercado. O mercado é um maravilhoso sistema de alocação de recursos. Mas é imperfeito, incompleto e podendo ser fortemente corrigido e orientado em certos setores. E um deles, não há dúvida alguma, é a C&T. Aliás, ciência nem se fala. O mercado não tem praticamente nenhum papel nesse sentido. O papel é do Estado. Mas, na área da

tecnologia, em que o papel principal é das empresas, o Estado tem papel indutor muito importante e deve adotá-lo. Nas tecnologias também existem externalidades. Há vantagens das quais você não consegue se apropriar integralmente através de uma patente, que acaba se fazendo para os outros. Fui aos EUA na semana passada. Coloquei o relatório da viagem na Internet, dois dias depois. Nesse relatório vocês vão ver a minha visita ao Congresso americano. Foi uma "graça", essa é a palavra, porque fui visitar a Comissão de C&T. Falei a primeira meia hora com o staff do presidente da comissão e na outra meia hora com o deputado James Sensenbrenner Jr., ilustre deputado republicano do estado de Wisconsin, que tem inclusive na sua ante-sala uma fotografia sua abraçado com o deputado Newt Gingrich, que era o famoso deputado conservador neoliberal. Nessa visita, os técnicos me contaram que o que havia de mais importante na comissão era uma lei que era votada todo ano, e que essa lei garantia às empresas, grosso modo, a possibilidade de reduzir em dobro as suas despesas com P&D. Ótimo. Fui falar com o Sensenbrenner. Ele me disse que essa lei está errada porque é renovada todo ano. Ele quer torná-la permanente. Ou seja, para nós, intervenção nenhuma, política industrial tecnológica nenhuma. Saíram fora. Mercado, mercado, mercado. E eles, com toda a tecnologia que já têm, ainda a estão estimulando fortemente. Acho que quando se dá ênfase a uma política tecnológica maior, o Ministério da C&T certamente ganha maior importância.

CH - O governo dos EUA tem dado nos últimos três anos um apoio cada vez maior não só à tecnologia, mas também à pesquisa básica. O dinheiro para pesquisa básica cresce nos EUA.

Bresser - Mas estive no National Institute of Health/ NIH, onde os recursos cresceram recentemente de US\$ 12 milhões para US\$ 15 milhões. A National Science Foundation cresceu de US\$ 3 milhões para US\$ 4 milhões. Mas é bom lembrar que os EUA estão num boom enorme, o PIB está crescendo muito. Isso mais no governo do Clinton. Ele tem, claramente, uma posição forte a favor da C&T e os EUA estão tendo esse dinheiro.

CH - O secretário executivo do MCT, Carlos Américo Pacheco, no ato de posse dos novos membros da Academia Brasileira de Ciências/ ABC, disse que o atual sistema de financiamento de C&T está obsoleto, superado. O senhor, em seu discurso de posse, frisou que o Estado é responsável pelo financiamento do setor...

Bresser - Da ciência. E, subsidiariamente, da tecnologia.

CH - A seu ver, o que está obsoleto no atual sistema, se é que está, e qual é, concretamente, a responsabilidade do governo no apoio à ciência?

Bresser - Para responder essa pergunta, primeiro eu precisava consultar o Pacheco para saber o que ele queria dizer com a idéia de que o sistema está obsoleto. Eu realmente não sou capaz de responder isso. O que é sistema obsoleto? O próprio financiamento dá muita confusão. Financiamento, para mim, é como eu consigo dinheiro do Tesouro. Quando se fala em financiamento, eu penso em como é que se consegue recursos para a C&T. E o que se consegue é 99% do Tesouro. Mas, e o BID e o Banco Mundial?

CH - Isso é a contrapartida?

Bresser - Não só contrapartida. O próprio dinheiro que vem do BID é rolagem que nós temos que pagar em seguida. Tudo é dinheiro do Tesouro. O que não é dinheiro do Tesouro no financiamento da pesquisa e da tecnologia no Brasil deste ministério, são alguns pouquíssimos recursos que vêm de outros países para financiar pesquisas quase que exclusivamente na Amazônia, região na qual eles têm muitos interesses. Fora isso, vem tudo do Tesouro. Então o Tesouro não está obsoleto, graças a Deus, e temos que contar com ele, como estamos contando, não é? Agora a outra parte, os instrumentos usados para os recursos são o CNPq para ciência, com seus sistemas de pares, o que é muito adequado; o PADCT, também no CNPq com avaliação de pares; o Pronex, também com sistema de pares, já está no CNPq. O que estava confuso era o financiamento dado pela Finep. Financiamento, não. O fomento. O fomento, que é do FNDCT/Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, está passando por essa comissão a que me referi. A execução é que continua com a Finep. E estamos arrumando os critérios de concessão dos recursos. Portanto, acho que esse é um aperfeiçoamento que temos que fazer, para o bom uso dos recursos. Uma coisa importante na modificação do MCT é que eu extingui duas secretarias, a de Desenvolvimento Tecnológico e a de Informática, e as fundi em uma Secretaria Especial de Tecnologia e Empresa/SETE. Por que especial? Porque essa é uma pequena agência, que vai se apoiar fundamentalmente na Finep, mas é uma pequena agência, vai fazer fomento, além de política. Mas ela vai fazer fomento na parte de tecnologia e empresa. Seus recursos, sejam do FNDCT, das bolsas RHAE ou do PADCT destinado às empresas, que já existem, serão geridos por esta secretaria, enquanto a Finep executa as decisões da secretaria (o próprio presidente da Finep participa de algumas das decisões mais importantes) e a Finep se especializa numa agência financiadora de empresas com alto conteúdo de C&T.

CH - Ante as dificuldades orçamentárias de 1998 e 1999, como pensa elaborar o orçamento de 2000? O senhor já está pensando nisso?

Bresser - Já estou pensando no orçamento do ano 2000 e no orçamento do PPA/Programa Plurianual, que temos que engrenar brevemente. Em relação ao orçamento deste ano, uma coisa importante é que houve 10% de diminuição. Diminuição nas bolsas, zero. Houve até um pequeno aumento nas bolsas de doutorado. E, no entanto, por que tanta falta de dinheiro? Se olharmos para ver o que aconteceu com o FNDCT e com o PADCT, o PADCT foi um desastre. A quantidade de comprometimento foi muito além do que havia disponível. O que seria razoável imaginar que o orçamento contivesse o que seria uma continuidade do orçamento anterior. O PADCT foi menos grave. Mas também provavelmente poderemos cumprir este ano toda a meta já contratada do PADCT, se conseguirmos reduzir em 20% os desembolsos. Para aquilo que já está licitado, mas não contratado, não há recursos. Então, foi inclusive diante desse fato que surgiu uma idéia, aqui no ministério, que é até engraçada. Vamos estimular as FAPs/Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa e as Secretarias de C&T dos Estados a contribuir com uma parte, pois isso talvez alavanque recursos para conseguir mais liberações do Banco Mundial, no caso do PADCT.

De qualquer forma, será um critério para decidirmos sobre esses projetos já aprovados, aos quais vamos dar prioridade. Mas não temos todo o dinheiro. Houve uma reunião com os diretores das FAPs e depois uma reunião com o Fórum (de

Secretários de C&T), em que fui representado pelo Pacheco. Para surpresa minha, veio uma carta do Fórum e nela falava-se da transferência de responsabilidades da União para os estados, e em fragmentação do sistema de C&T. Não estou entendendo mais nada. Inclusive alguns dias antes, um dos secretários tinha falado comigo, encantado com a idéia, porque ele estava podendo então desenvolver um projeto grande no estado dele. Então pergunto: o que houve? Está bem, se eles não querem isso, mandei uma carta de volta dizendo que lamentava e que estávamos querendo, na concessão de recursos escassos, usar o critério deles também. Se eles não querem, usaremos só os nossos critérios. Mas ontem (dia 12/05), conversando com esse secretário de C&T, descobri qual é a razão. E até compreendo meus amigos secretários. No momento em que fizemos a proposta, estávamos pensando que isso ia dar força aos secretários e aos presidentes das FAPs junto aos seus governos. Mas aconteceu a chamada "conseqüência não prevista". Isso deu força aos cientistas dos respectivos estados, com projetos aprovados no âmbito do FNDCT ou do PADCT, a virem demandar recursos, exigindo que os secretários participassem. Quando os secretários se viram sob pressão, resolveram pular. Entendo perfeitamente. Mas não era nossa intenção. Mas seria muito mais simples que me contassem tudo isto, em vez de fazerem uma carta e me obrigarem a fazer outra carta — que é tudo uma bobagem. Eu informaria que por motivos operacionais era impossível continuar com aquele projeto e acabou-se. E acaba a pressão. É engraçado isso.

CH- É preciso mais diálogo, não?

Bresser- Eu estou sempre pronto para o diálogo. Se há coisa da qual faço questão é do diálogo. Se não fui ao Fórum de Secretários, o Pacheco foi. Mas ele saiu logo depois. Agora escolhi um assessor meu e do Pacheco, o Rui Albuquerque, que vai acompanhar todos os Fóruns. Eu tinha no Mare/Ministério da Administração e Reforma do Estado uma relação íntima com o Fórum de Secretários de Administração. Era uma relação de real parceria. Em toda a reforma administrativa e constitucional, eles ajudaram efetivamente. Ajudaram, consertaram, aperfeiçoaram, depois estiveram no Congresso junto comigo. Espero fazer também uma boa parceria com os secretários de C&T.

CH - Na área das FAPs, ocorreram dois fatos graves registrados pela comunidade científica e especialmente pela SBPC. No Maranhão, foi extinta a Fundação de Apoio à Pesquisa, a Fapema. Na Bahia, o governo retirou da Constituição do estado a norma que vinculava recursos para C&T. Em havendo uma política nacional para o desenvolvimento regional da C&T, o senhor não acha que o MCT teria um papel a cumprir, pelo menos, no debate dessas questões?

Bresser - Sem dúvida. Desde o começo falamos disso. A iniciativa que acabei de citar foi feita dentro dessa filosofia. Acho que o Fórum Nacional de Secretários de C&T deve ser instrumento para duas coisas: para que os secretários troquem experiências, ou que nós troquemos experiências, o que é muito importante. E para que possamos trabalhar para tornar a C&T no Brasil melhor tratada tanto pelos governos quanto pelas empresas.

CH- O senhor estaria disposto em falar sobre isso com a governadora Roseana Sarney?

Bresser- Sem dúvida. Eu me informo melhor sobre a questão e não tenho nenhuma dificuldade de fazer isso.

CH- O senhor chefiava a delegação brasileira à Conferência da Ciência, da Unesco, em Budapeste, que tem por tema geral "Conhecimento para o Desenvolvimento". O tópico mais crucial a se discutir é o gap, o fosso entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento nessa questão estratégica que é o conhecimento. Acontece isso no Brasil, internamente. Como o ministro encara esse problema dos desníveis regionais, que vem sendo debatido no Brasil desde 1978/79?

Bresser- Agora está na moda falar em sociedade do conhecimento. Em 1972, publiquei um livro em que dizia que a nova classe média ou a tecnocracia ia se tornar cada vez mais importante no mundo, porque o capital estava deixando de ser estratégico e o que passava a ser estratégico era o conhecimento técnico e organizacional. Eu disse isso repetidas vezes. Claro que isso é fundamental para todos nós. Agora, esse conhecimento técnico e organizacional se obtém fundamentalmente através da educação. Isso é função fundamentalmente dos educadores, e não dos cientistas. Os cientistas desenvolvem o conhecimento. Isso é muito importante. Mas quando se fala de Estados mais pobres, a grande ênfase é na educação. Tanto assim que, a partir de um projeto que visitei no Ceará, estou começando a desenvolver um programa de apoio ao Nordeste baseado na idéia de extensão científica. Isso em vez de se ficar preocupado em fazer desenvolvimento científico de ponta lá (o que também se faz, porque as Universidades do Nordeste também participam das bolsas do CNPq, mas é porcentagem relativamente pequena de bolsas ou auxílios que eles ganham, exceto Pernambuco). Mas, no Ceará, o CNPq vem apoiando projeto de extensão pelo qual se instalam pequenos laboratórios de química, física, mecânica, em cidades do interior, onde as escolas da região e as comunidades locais podem receber ensinamentos curriculares ou práticos. É uma coisa muito interessante para regiões mais pobres.

CH - No Brasil, 80% das grandes pesquisas são feitas na região Sudeste. É mais ou menos a mesma proporção que se registra mundialmente, em números do próprio Banco Mundial: 80%. Pesquisa se faz em meia dúzia de países...

Bresser - O importante é que não devemos confundir. É razoável que assim seja, porque não faz sentido o governo financiar pesquisa que não seja de boa qualidade. E se a pesquisa nos Estados mais pobres tende a ser de menor qualidade, é inevitável que isso aconteça. O problema é saber como a gente muda isso. Não é concedendo bolsas de pesquisa, tirando dos competentes e dando para os incompetentes. Isso se resolve em outra área, a de educação ou de extensão. Assim se aumenta a capacitação dos jovens e se terá melhoria que pode ser muito grande, como na área do desenvolvimento econômico, mas não na área da ciência. Se você quer investir em ciência no Nordeste, você está colocando ~~capim~~ [\(veja nota sobre esta troca de palavras\)](#) **o carro na frente dos bois**. É mais do que o proporcional. Você vai jogar dinheiro fora. Mas se você investir em educação, você nunca vai jogar dinheiro fora. Se você investir em condições sanitárias, você nunca jogará dinheiro fora. Se você investir em extensão tecnológica, você nunca jogará dinheiro fora.

CH- Se eu lhe disser que há excesso de doutores em São Paulo e falta de doutores no Nordeste, isso não seria motivo para um programa especial para conduzir à capacitação na região?

Bresser - Doutorado já é educação. Não é propriamente financiamento da pesquisa. Não sei como é que se mede isso. Mas se faltam doutores no Nordeste, devemos aumentar o número de bolsas orientadas para aquela região. Isso eu vou examinar. Mas no momento não tenho esses dados. Eu estava falando mais do financiamento da pesquisa.

CH- Como vê a Conferência da Ciência em Budapeste?

Bresser - É um tema muito geral, e eu estou de acordo. Tenho toda uma teoria bastante complexa que desenvolvi em vários ensaios depois de um livro chamado "A sociedade estatal e a tecnologia", durante os anos 70, sobre a sociedade do conhecimento. Esse conhecimento é uma maravilha e uma tragédia. Maravilha porque abre perspectivas muito grandes de progresso para a humanidade. É uma tragédia porque é através desse imenso desenvolvimento científico e tecnológico, ocorrido no mundo nos últimos 30 a 40 anos, que houve uma aceleração muito grande. Essa é a causa fundamental da concentração de renda que há no mundo. Isso levou a uma demanda muito grande de pessoal qualificado, que conhece as novas técnicas e os avanços da ciência. E como a oferta não acompanhou o suficiente, o salário dessas pessoas sobe substancialmente, enquanto a demanda pelo trabalhador não qualificado diminuiu radicalmente com o processo de automação. Isso exige do Estado toda uma atividade não só de retreinamento mas meramente compensatória muito grande. De forma que a idéia neoliberal de acabar com o "welfare state" é ridícula. A C&T é uma coisa maravilhosa, que não pode parar. Mas ela tem efeitos não pretendidos que às vezes são graves. Ela nunca vai levar ao desemprego permanente. Isso é uma tolice de quem não sabe economia. Mas leva a desempregos transitórios de duração média, o que já provoca sofrimentos muito grandes.

CH - Pretende levar algum projeto específico para a Conferência da Ciência em Budapeste?

Bresser - Por enquanto, não tenho intenção de levar projeto específico a Budapeste.

CH- O que o senhor espera de benefícios da Conferência de Budapeste para o Brasil?

Bresser - Essa questão é excessiva para mim. Para ser bem sincero, vou a Budapeste para estar presente num ambiente em que vai haver grande número de cientistas. Isso faz mais parte do meu aprendizado, que tem sido intensivo nos últimos quatro meses, do que uma contribuição que eu possa dar em Budapeste e que seja relevante para o Brasil e para o mundo.

CH - Mercosul da Ciência. Isto lhe diz alguma coisa? O Centro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia está passando por uma falta de recursos. Acredita-se que possa ser fechado. Segundo alguns, o centro seria o eixo a partir do qual poderia se expandir uma grande colaboração científica no Mercosul...

Bresser - Acho que a cooperação entre o Brasil e os países do Mercosul, particularmente entre Brasil e Argentina em ciência, é de absoluta prioridade. Quando o presidente Sarney e o presidente Alfonsín abriam, em 1987, as instalações de pesquisas atômicas um ao outro, foi um passo extraordinário. Cooperação científica quer dizer Universidades, Centros e Grupos de Pesquisa trabalhando conjuntamente. Se me perguntarem qual o país com o qual o Brasil precisa trabalhar mais em conjunto, digo que é a Argentina. Também precisamos trabalhar com EUA, Inglaterra, Alemanha etc. Mas, para mim, a prioridade é a Argentina, porque são países com graus de desenvolvimento científicos semelhantes e podemos nos complementar em termos de pesquisa. Estou convencido também de que, em termos de cooperação internacional, já passou o tempo de o Brasil ser alguém que coopera com os países desenvolvidos na base de receber benesses. Eles não dão, a não ser para a Amazônia, região na qual eles têm interesse. Nesse caso, eles dão alguns recursos. Mas para o resto eles dão pouquíssimo. E o que nos interessa em cooperação internacional, seja com os países desenvolvidos, e principalmente com a Inglaterra ou com a Argentina, é a cooperação bilateral que é realmente cooperação. Um coopera com o outro. Ninguém põe dinheiro. Eu ponho dinheiro na pesquisa aqui e eles põem dinheiro na pesquisa lá. E nós pagamos as passagens de avião quando for preciso, que não são tantas, pois hoje tem Internet. Com isso, temos uma cooperação viva e ativa, que acho essencial para nós, argentinos e brasileiros.

CH- Essa relação é bem diferente da que existe, por exemplo, entre Brasil e EUA, correto? Por exemplo, agora na Estação Espacial Internacional...

Bresser - É outra coisa.

CH - Como o senhor vê isso?

Bresser- Acho que é uma boa cooperação também. É de outra natureza. Mas é uma boa cooperação. Estamos entrando com recursos relativamente pequenos em comparação com o que eles estão empregando. Temos toda uma série de possibilidades de participar não só das pesquisas que vão se realizando, mas da própria construção da estação. Então, acho que teremos vantagens nisso. Mas também não é o caso da velha cooperação em que os EUA dariam o dinheiro. Eles não estão dando. Nem é o caso de o Brasil ficar pedindo isso.

CH- Como vê o "non paper" que o governo dos EUA enviou ao governo da Itália para evitar que empresas italianas façam lançamentos do Centro de Alcântara, no Maranhão?

Bresser - Acho uma coisa lamentável. Nesta semana, recebi uma delegação da NASA. Não falei especificamente sobre a Itália. Mas disse a eles que esperava que eles lançassem foguetes de Alcântara, e que eu estava muito incomodado com essa resistência do governo americano em relação à Alcântara e ao nosso foguete. E que a melhor forma de acabar com essas desconfianças era que eles fossem lá lançar seus foguetes também. Que empresas privadas americanas também o fizessem, porque Alcântara existe para isso. Que a Aeronáutica certamente receberia isso com grande alegria. E eles deixariam essas desconfianças que são muito injuriosas para nós.

CH - Como eles reagiram?

Bresser - Eles ouviram. Estava o embaixador dos EUA em exercício que também ouviu. Disseram que não eram eles exatamente os interlocutores para isso. Mas o embaixador registrou o fato e ficou de comunicar a posição de "mais esse ministro" sobre o assunto.

CH- O senhor é, ao mesmo tempo, ministro da C&T e presidente do CNPq. Não acha que essa acumulação de cargos concorre para diminuir a responsabilidade e o dever da comunidade científica no âmbito do CNPq?

Bresser - Convidei cientistas respeitados pela comunidade para serem vice-presidentes do CNPq, que estão lá ativamente. O próprio Estatuto do CNPq exige que os vice-presidentes sejam membros de reconhecida competência em suas áreas. Não vejo por que a comunidade científica, que eu tanto prezo e da qual espero fazer parte de alguma forma, possa estar se sentindo menos representada. Pretendo aumentar as comissões do Conselho Nacional de C&T/CCT) E ter mais cientistas participando da formulação de políticas.

CH - O Conselho Deliberativo/CD do CNPq vai continuar importante neste órgão?

Bresser - Sem dúvidas. O Conselho Deliberativo é importantíssimo. Ele vai tomar as decisões fundamentais dentro do CNPq. Faço questão absoluta disso.